

Jornal O DIAS SP

São Paulo, 17 de setembro de 2024. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL** Convocamos todos os associados da **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS E INTERESSES DOS AQUIRENTES DO LOTEAMENTO "VIVA MAIS ATIBAIS"**, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na modalidade presencial, na **FACULDADE ANHANGUERA (AUDITÓRIO)**, localizada na **AV. PAPA PIO XII, 291, MACEDO, CEP: 07113-000, GUARULHOS/SP**, no dia **28 de setembro de 2024, às 10h00**, em primeira chamada, com a presença de mais da metade dos associados, ou às 10h30, em segunda chamada, com qualquer número de associados presentes, para deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia: **ORDEM DO DIA:** Eleição de membros para o conselho fiscal; Eleição de 1 (um) conselheiro de chácaras na planta; Ratificação e Deliberação sobre o roteiro para manutenção da associação; Ratificação das contratações de advocacia e contabilidade para acompanhamento mensal e esclarecimentos sobre os serviços prestados; Apresentação e Esclarecimento da situação física e jurídica do loteamento "Viva Mais Atibaia". **VALÉRIA PEDROCA ZIMERMANN PRESIDENTE DA ADDIVMA**

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ/ME nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 26 de setembro de 2024, às 10:00 horas, horário de Brasília, de forma remota, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) as operações da investida da Companhia situada em Lisboa, Portugal, bem como a ratificação dos aumentos de capital realizados durante os anos de 2023 e 2024; e (ii) a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da(s) matéria(s) aprovada(s). A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 10:00 horas, horário de Brasília, do dia 25 de setembro de 2024, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: filiphe.silva@juntososomais.com.br. São Paulo, 17 de setembro de 2024. Conselho de Administração p. Osvaldo Ayres Filho - Presidente.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

"Em Recuperação Judicial"

CNPJ/ME 09.191.336/0001-53 - NIRE 35.300.388.186

Ata Assembleia Geral Ordinária Realizada em 20 de Agosto de 2024.

Data, Hora e Local: Aos vinte dias de agosto de 2024, às 10 horas, na sede social da concessionária SPMAR S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 09º andar, conjunto 93, sala 03, Jardim Paulistano, CEP 01.451-000. **Convocação e Presenças:** A assembleia está sendo realizada em sua 3ª Convocação com a presença da Acionista que representa a maioria do capital social votante, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LCA") e em obediência ao que dispõe o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, conforme editais publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições dos dias 31 de julho e 01, 02, 09, 12 e 13 de agosto de 2024, no Jornal O Dia, dias 31 de julho e 01, 02, 09, 12 e 13 de agosto de 2024 e por meio da Convocação escrita encaminhada pelo Presidente do Conselho de Administração aos Acionistas, convocações enviadas por cartas registradas em 31 de julho de 2024 e 09 de agosto de 2024. **Composição da mesa:** Presidente: Sr. Reinaldo Bertin; Secretário: Sr. Tiago Dias de Amorim. **Ordem do dia:** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente publicadas por meio impresso e digital no Jornal O Dia SP (págs. 11/12), do dia 02 de abril de 2024, conforme anexo. **Deliberações:** As matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: aprovadas integralmente e sem reservas as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. **Encerramento e Aprovação de Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que lida foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Reinaldo Bertin, Sr. Tiago Dias de Amorim; Acionista presente: INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A. "Em Recuperação Judicial" (Reinaldo Bertin). Certifico que a presente é cópia fiel do original que integra livro próprio. São Paulo, 20 de agosto de 2024. Reinaldo Bertin - Presidente da Mesa. Tiago Dias de Amorim - Secretário. Acionista: Infra Bertin Empreendimentos S.A. "Em Recuperação Judicial" - Reinaldo Bertin.

Sumitomo Corporation do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.492.212/0001-65 - NIRE 35.300.099.745

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2024
1. Dia, Hora e Local: Aos 02 de setembro de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, Avenida Paulista, nº 37, 20º andar, conjunto 201, CEP 01311-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças. **MESA:** Presidente: Yuji Watanabe; Secretário: Mitsuhiro Ishida. **3. Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404 de 15.12.1976. Sendo assim, o Sr. Presidente declarou cumpridas todas as exigências legais para a realização da Assembleia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (a) a eleição de membros da Diretoria; e (b) a consolidação da composição atual da Diretoria. **5. Deliberações:** aprovadas por unanimidade. Após exame e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações, iniciando-se pela decisão de lavrar a presente Ata na forma de sumário, conforme facultado pelo disposto no artigo 130, §1º, da Lei n. 6.404/76: **5.1.** A eleição dos seguintes membros aos cargos de Diretores da Companhia: (i) **Satoshi Takada**, japonês, iniciará nesta data, com término unificado com os demais membros da Diretoria na Assembleia Geral Ordinária de 2027; (ii) **Hajime Uchikie**, japonês, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº 8088389-T e inscrito no CPF/MF sob o nº 719.122.361-84, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; e (iii) **Yosuke Yanagi**, japonês, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RNM nº B079278-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.233.388-94, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; e (iv) **Satoshi Kubo**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº B113273-Y e inscrito no CPF/MF sob o nº 121.298.761-61, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica. Os Diretores ora eleitos acatam sua nomeação, formalizando sua respectiva assinatura nos termos dos Termos de Posse arquivados na sede da Companhia e anexos à presente ata como **ANEXO I**, onde também declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, nem incurso em crime que os impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a Companhia, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que temporariamente, impida o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, a propriedade, a família, a sociedade ou de qualquer natureza, formalizando sua respectiva assinatura na presente ata. **5.2.** A consolidação da composição atual da Diretoria, integrada pelos Srs.: **1. Yuji Watanabe**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº F8041191 e inscrito no CPF/MF sob o nº 901.622.888-83, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **2. Hajime Uchikie**, japonês, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº 8088389-T e inscrito no CPF/MF sob o nº 719.122.361-84, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **3. Tomoaki Kubo**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº F897679-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 902.008.848-32, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Administrativo; **4. Mitsuhiro Ishida**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº V421470-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 231.758.768-62, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Financeiro; **5. Tsutomu Ishihara**, japonês, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº F34565-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 244.830.548-05, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor de Risco; **6. Takamas Ueda**, japonês, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº F615822-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 900.899.208-64, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor de Negócios, encarregado do Departamento de Produtos Químicos e Agricultura; **7. Manabu Asakawa**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº F20304-F e inscrito no CPF/MF sob o nº 900.940.118-93, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor de Negócios, encarregado do Departamento de Serviços de Agricultura; **8. Yosuke Yanagi**, japonês, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RNM nº B079278-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.233.388-94, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, ao cargo de Diretor de Negócios, encarregado do Departamento de Inovação em Agricultura e Alimentos; **9. Masato Umeda**, japonês, casado, bacharel em estudos internacionais, portador da Carteira de Identidade RNM nº F81910-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 901.876.898-73, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, ao cargo de Diretor de Negócios, encarregado do Departamento de Produtos Químicos e Agricultura; **10. Takeo Niki**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº F848525 e inscrito no CPF/MF sob o nº 901.807.338-50, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor de Negócios, encarregado do Departamento de Construção e Sistemas de Transporte; **11. Yuichiro Kan**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº V833102-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 235.630.838-26, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, ao cargo de Diretor de Negócios, encarregado do Departamento de Inovação em Agricultura e Alimentos; **12. Kazumasa Hige**, japonês, solteiro, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº G167220-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 238.191.498-84, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **13. Kei Sakaguchi**, japonês, casado, bacharel em ciência e tecnologia, portador da Carteira de Identidade RNM nº F368920-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 245.291.318-90, com endereço comercial na Rua Serpente, nº 925, sala nº 1401, Savassi, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30130-171, como Diretor Sem Designação Específica; **14. Keita Fujisawa**, japonês, solteiro, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº G456905-Y e inscrito no CPF/MF sob o nº 241.443.748-07, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **15. Kohei Ohkubo**, japonês, casado, bacharel em ciências políticas, portador da Carteira de Identidade RNM nº F758914-A e inscrito no CPF/MF sob o nº 901.428.248-80, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **16. Nobuaki Takeuchi**, japonês, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº G300380-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.073.168-60, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **17. Satoshi Takada**, japonês, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNM nº B113273-Y e inscrito no CPF/MF sob o nº 121.298.761-61, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **18. Taizo Nakajima**, japonês, casado, biólogo, portador da Carteira de Identidade RNM nº F672616 e inscrito no CPF/MF sob o nº 901.167.318-26, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; **19. Tsuyoshi Kobayashi**, japonês, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº F58673-S e inscrito no CPF/MF sob o nº 900.899.278-77, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica; e **20. Yoshiaki Shimizu**, japonês, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RNM nº V977860-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 236.777.848-59, com endereço comercial na Avenida Paulista, 37 - 20º andar, conjunto 201, Cidade de São Paulo/SP, Bela Vista, CEP 01311-902, como Diretor Sem Designação Específica. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata em livro próprio, a qual depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Presidente da Mesa: Yuji Watanabe e Secretário da Mesa: Mitsuhiro Ishida. Acionistas: p.p. Sumitomo Corporation, Yuji Watanabe e p.p. Sumitomo Corporation (Chile) Limitada, Yuji Watanabe, São Paulo, 02 de setembro de 2024. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Mesa: Yuji Watanabe - Presidente; Mitsuhiro Ishida - Secretário. Diretores eleitos: Hajime Uchikie; Yosuke Yanagi; Keita Fujisawa. JUICESP nº 339.533/24-9 em 12/09/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL NOTIFICAÇÃO-BANCO ORIGINAL S/A - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BANCO ORIGINAL S/A, e inscrita no CNPJ nº 92.894.922/0001-08, na sede à Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Lote 1 - São Paulo/SP, doravante denominado COMITENTE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto, leilão para alienação do imóvel de sua propriedade, relacionado no Anexo I, parte integrante deste Edital. **DEVENDOR PRINCIPAL: FOCO AGRONEGÓCIOS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 17.166.865/0001-25, com sede na **Rua Para nº 1544, centro, Guararito, CEP 77700-000**. Representada por seus sócios abaixo descritos: **MARCIO FERREIRA TAKATSU**, brasileiro, residente e domiciliado à **Avenida Castelo Branco, nº 1872, Primavera, Guararito, CEP 77700-000**. **FLAVIO FERREIRA TAKATSU**, brasileiro, residente e domiciliado à **Rua 9, nº 1939, Centro, Guararito, CEP 77700-000**. **FIDUCIÁRIO: ANTONIO FRIAS OLIVA NETO**, brasileiro, residente e domiciliado à **Praça T23, nº 122, Apto. 602 - Setor Bueno - Goiânia/GO, CEP 74215-130**. O leilão será regido pelas normas e disposições, consignadas neste Edital e regras aplicáveis de Direito Privado. O leilão terá início a partir da data da liberação do imóvel no site e será realizado de modo on-line através do portal www.leiloesgold.com.br, estando a cargo do Leiloeiro Oficial, Sr. **Uilian Aparecido da Silva, matriculado na JUCESP sob nº 958**, com escritório à Rua Peixoto Werneck, 330, Arthur Alvim, São Paulo/SP, CEP: 03568-060. 1. OBJETO 1.1. **Matrícula 98.763 do 4º CRI de Goiânia/GO**: IMÓVEL: Fração ideal de 3,90m² ou 0,15048% do lote de terras de n. 12/15, da quadra C-16, situado às ruas H e 72, no setor denominado JARDIM GOIÁS, Goiânia-GO, com a área de 2.594,80m², medido: 60,00m de frente, para à rua H; 65,00m de fundo, confrontando com os lotes 8, 9, 10 e 11, 40,00m pelo lado direito, confrontando com o lote 16, 35,00m pelo lado esquerdo, confrontando com a rua 72, D=7, 80m pela linha curva. INSCRIÇÃO CADASTRAL: 203.057.0309.0283. **Conforme Av-4-98.736**, em 27.4.2016. Protocolo nº 224.555, em 28.3.2016. APARTAMENTO. Foi construído na fração ideal da presente matrícula o **Apartamento de n. 505 - SETOR HOTELEIRO**, do empreendimento denominado Condomínio "OS" com a área privativa de 27,07m2, área comum de 17,33m² e área total de 44,40 m², no valor venal de R\$ 33.990,25, conforme certidão de cadastramento de n. 3.055.579-5 expedida pela Prefeitura Local em 9.3.2016; CND - n. 000932016-88898328, com 9.827,63m² de área construída, emitida 22.4.2016, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Certidão de Conclusão de Obra de n. 000318/2016 (processo n. 63605131), datada 19.4.2016 - Habitação Comercial e Habitação Coletiva/Comercial, arquivados digitalmente nesta serventia. Conforme **R-3-98.736**. Adquirido conforme Escritura Pública de Compra e Venda por **ANTONIO FRIAS OLIVA NETO**. Conforme **R-4-98.73**, e RETIFICADO por **Av-5-98.736**. Registro de alienação fiduciária em favor de **BANCO ORIGINAL S.A em garantia do instrumento particular de confissão de dívida n. RNG01585219**. **Consta na Av. 02 da Matrícula 98.736 o ônus de Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal, ainda pendente de baixa junto ao Ofício de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição de Goiânia/GO, Conforme AV-6-98.73. CONSOLIDAÇÃO EM FAVOR DO CREDITO BANCO ORIGINAL S.A. 1.2. (DESOCUPAÇÃO POR CONTA DO ARREMATANTE). 1.3. DEBITOS FISCAIS: ser-se responsável do COMITENTE. 2. DAS DATAS E LANCE MÍNIMO 2.1. Por se tratar de alienação fiduciária, o lance mínimo em PRIMEIRO LEILÃO não poderá ser abaixo do valor de mercado **R\$ 44.855,49** (quarentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), tendo sua data o termo para o dia **04/10/2024, às 14:00 horas**. 2.2. E conforme informado pelo COMITENTE, em SEGUNDO LEILÃO, fica fixado o valor de lance mínimo em **R\$ 326.397,12** (trezentos e vinte e seis mil, trezentos e noventa e sete reais, e doze centavos), tendo sua data de encerramento para o dia **24/10/2024, às 14:00 horas**. 3. DA HABILITAÇÃO 3.2. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no site www.leiloesgold.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE. 4. DOS LANCES 4.1. O envio de lances se dará exclusivamente através do site www.leiloesgold.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes na sala do leilão presencial, na disputa pelo lote do leilão. 4.2. O proponente vencedor por meio de lance on-line terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. No caso do não cumprimento da obrigação assumida, no prazo estabelecido, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. 5. CONDIÇÕES DE VENDA 5.1. O imóvel será vendido a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, em leilão de modo on-line, obedecidas às condições deste edital, reservando-se aos COMITENTES, o direito de liberar ou não o imóvel, pelo maior preço alcançado, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do leiloeiro. 5.2. Os interessados na aquisição do imóvel, previamente à apresentação de lances, deverão ler atentamente todas as condições estabelecidas neste edital, bem como verificar o imóvel in loco, pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento, acerca de suas características ou do estado de conservação do imóvel adquirido. 5.3. A venda será celebrada em caráter "AD CORPUS", ou seja, as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação e divulgação deste leilão, são meramente enunciativas, não cabendo ao adquirente, por conseguinte, exigir complemento de áreas, reclamar de eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos do imóvel apreçoado, ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação, não lhes sendo possível pleitear, a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em qualquer hipótese. 5.4. Todos os débitos incidentes sobre o imóvel, que tenham fato gerador a partir da data da realização do leilão, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. 5.5. Os interessados deverão zelar-se previamente, das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis ao imóvel, no tocante às restrições de uso do solo ou zoneamento, e ainda, das obrigações e dos direitos, decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, às quais, estarão obrigados a respeitar, por força da arrematação do imóvel. 5.6. Os lances serão ofertados em moeda corrente nacional, obedecidas às condições deste edital. 5.7. Somente serão aceitos, lances realizados por pessoas físicas ou jurídicas, regularmente constituídas e com personalidade jurídica própria. 5.8. Os interessados, se pessoa física, deverão portar documentos para identificação (RG e CPF). Menor de 18 anos, só poderá adquirir imóvel, se emancipado ou assistido, por seu representante legal. 5.9. Se pessoa jurídica, os representantes deverão estar munidos de cópias autenticadas do CNPJ, Estatuto ou Contrato Social e alterações, onde conste, a forma de representação da empresa. 5.10. Outros documentos poderão ser solicitados pelo COMITENTE, para fins de concretização da transação. 5.11. A representação por terceiros, deverá ser feita por procuração com poderes especiais para o ato. 6. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO 6.1. O pagamento deverá ser feito por meio de PIX/TED (Transferência Eletrônica Disponível) em conta corrente a ser indicada ou cheque de emissão do arrematante, nominal ao COMITENTE, em conformidade com a condição abaixo. 6.2. O pagamento deverá ser feito à vista, não sendo aceito parcelamento ou financiamento. 7. COMISSÃO DE LEILOEIRO 7.1.0 arrematante, além do pagamento total do preço do negócio no ato da arrematação, pagará também ao LEILOEIRO, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento), do valor total do arremate, a título de comissão. 8. FORMALIZAÇÃO: ESCRITURA. 8.1. A alienação do imóvel será formalizada por meio de Escritura Pública de Venda e Compra. 8.2. O COMITENTE deverá lavrar o competente instrumento de formalização da alienação, em até 30 (trinta) dias, contados da data do leilão, conforme subitem 7.1, quando não houver pendência documental de responsabilidade do arrematante, indicada no texto do lote. 8.3. O competente Instrumento Aquisitivo será firmado com o arrematante, cujo nome constar da Ata e Recibo de Arrematação, somente admitida sua substituição, por cessão de direitos, na forma da lei, com prévia análise e aprovação por parte do COMITENTE. 8.4. OCOMITENTE se obriga a fornecer ao arrematante, ficha de matrícula do imóvel, atualizada e com negativa de ônus e alienações; comprovante de pagamento da última parcela do IPTU, sob suas responsabilidades, e, demais certidões exigidas por lei. 8.5. Serão de responsabilidade do arrematante, todas as providências e despesas necessárias, à transferência do imóvel, tais como: ITBI - imposto de transmissão de bens imóveis, escrituras, registros, foro e laudêmio (quando for o caso), e demais taxas. A escolha do tabelião de notas, responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao COMITENTE. 9. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO 9.1. Ocorrendo a sustação do cheque dado em pagamento, ou devolução por insuficiência de fundos, desfazer-se-á a venda e o arrematante, deverá pagar 20% (vinte por cento), a título multa, sobre o valor do arremate, que será cobrado por via executiva, como dívida líquida e certa, nos termos do art. 580, do Código de Processo Civil, corrigida monetariamente, até o efetivo pagamento, sem prejuízo das perdas, danos e lucros cessantes e do Processo Criminal (art. 171, inciso VI, do Código Penal). 9.2. A falta de utilização pelo COMITENTE, de quaisquer direitos ou facultades, que lhes conceda a lei e este edital, importa não em renúncia, mas em **mera tolerância ou reserva**, para fazê-lo prevalecer, em qualquer outro momento ou oportunidade. 10. DISPOSIÇÕES GERAIS 10.1. A posse direta ou indireta do imóvel será transmitida ao arrematante, depois de liquidado o pagamento total do preço do negócio e assinatura do instrumento aquisitivo. 10.2. Todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, relativas a eventuais pendências ou ônus, administrativos ou judiciais, necessárias para a liberação ou desocupação dos imóveis, quando for o caso, correrá por conta do arrematante. 10.3. Eventuais pedidos de esclarecimento deverão ser solicitados pelo tel. - (11) 2741-9515, ou por escrito, via e-mail - contato@leiloesgold.com.br, ao leiloeiro, sediado à Rua Peixoto Werneck, 330, Arthur Alvim, São Paulo/SP, CEP: 03568-060. 10.4. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.**

Companhia Província de Securitização



PROVINCIA

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores

dos Certificadores de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da

1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA's", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consonância ao disposto na cláusula 7.2.3.2 do termo de securitização da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em segunda convocação, aos **26 de setembro de 2024, às 14h00min**, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM"), respectivamente, através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Autorizar o Comitê de Investidores a proceder com o Pagamento Antecipado Facultativo Total da CPR e, por consequente dos CRA, nos termos da cláusula 7.1 Termo de Securitização, no dia 20 de setembro de 2024, sem que seja observada a antecedência de 60 dias entre a data de comunicação da pretensão e a data em que pretende realizar o referido Pagamento Antecipado Facultativo Total; e (ii) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<https://provinciassecuritizadora.com.br/>), a ser procurada e/ou bedetins de voto à distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciassecuritizadora.com.br e f Assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 17 de setembro de 2024.

Companhia Província de Securitização - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/09/2024

Aptone a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



Jornal O DIA SP

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de estimativas e premissas referentes às suas contingências, que afetam o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no exercício de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscal na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar os perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se e quando é avaliado que provável, mas não provável. Perdas materiais avaliadas como possíveis são demonstradas em notas explicativas das demonstrações financeiras. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida. **Os principais processos prováveis são:** Processos civis: A Companhia possui o saldo de R\$ 21.032 em processos cíveis com o risco provável em 31 de dezembro de 2023. A Companhia é ré em um processo de ação monitoria que compõe parte relevante do saldo dos processos cíveis com o risco provável. **Processos trabalhistas:** A Companhia possui 208 processos trabalhistas com valores classificados com o risco provável em 31 de dezembro de 2023. Referidos processos são contra a Companhia e compõem o saldo de R\$ 23.829. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e, portanto, não do ambiente legal, envolvendo o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **Os principais passivos contingentes são:** No ano de 2023 a Companhia possuía como risco possível o total de 105 processos trabalhistas, 15 ambientais, 192 civis, 12 regulatórios, 19 tributários e 01 previdenciário, todos em fase de conhecimento e que não representam qualquer tipo de materialização financeira em curto e médio prazo, conforme relatório dos escritórios que patrocinam os respectivos processos. **18. Patrimônio líquido a. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é representado por 1.145.920,262 quotas nominativas no valor de R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) perfazendo o total de R\$ 512.314 (quinhentos e doze mil reais) e doze milhões trezentos e quatorze mil reais).

	%	Número de quotas	RS
J&F Mineração Ltda.	100%	1.145.920,262	512.314
	100%	1.145.920,262	512.314

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2022, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 9.741 (nove milhões, setecentos e quarenta e um mil), passando, portanto, o capital social da Companhia a ser composto por 1.145.920,262 quotas nominativas no valor de R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) perfazendo o total de R\$ 512.314 (quinhentos e doze milhões trezentos e quatorze mil reais). **b. Reserva legal:** Serão aplicados 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, que não excederá 20% do capital social. No exercício de 2023 foi constituído o montante de R\$ 12.364 como reserva legal (não houve constituição no exercício de 2022 pelo fato da Companhia ter apresentado prejuízo acumulado). **Lucro por ação c. Risco:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do período. Abaixo é apresentado o lucro por ação:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	519.977	2.638.777
Número de quotas	1.145.920,262	1.145.920,262
Lucro básico por ação	0,45	2,30

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPK 41, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluídas, sendo assim os valores do resultado da ação são iguais ao básico. **Dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. No exercício de 2023 houve o reconhecimento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 30.003 (não houve no exercício de 2022 decorrente da Companhia ter apresentado prejuízo acumulado no montante de R\$ 36.689).

19. Receita líquida: A seguir é apresentado uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Controladora	Consolidado
Receita bruta de vendas	2023	2022
Receita líquida	2023	2022
Receita líquida	2.174.270	1.464.876
Receita líquida	2.174.270	1.464.876

A Companhia reconhece a receita quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. Como as vendas da Companhia estão sujeitas a diferentes modalidades de transporte, a receita é reconhecida quando (i) o produto for disponibilizado no porto de embarque, (ii) carregado no navio, (iii) no porto de descarga ou (iv) entregue no armazém do cliente. As vendas realizadas para o mercado externo foram realizadas nas modalidades do Incoterms conferidas como Cost and Freight ("CFR") na qual a Companhia é responsável pelo serviço de frete e Frete On Board ("FOB") a qual o cliente se responsabiliza pelo frete e partir do embarque. Os serviços de frete exportação nas modalidades CFR (Cost and Freight), são considerados serviços distintos e, portanto, uma obrigação separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Tal recorte aloca ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e suas controladas, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização. **Contratos de venda a preço provável:** A Companhia está exposta ao risco do preço das commodities decorrente da volatilidade dos preços do minério de ferro. O preço de venda desses produtos são mensurados confiavelmente no exercício, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. O preço final é calculado após o reconhecimento da receita, conforme estipulado por contrato. O índice utilizado pela Companhia como base para atualização do preço do minério de ferro é o IODEX 62% (Índice Platts Iron Ore Index). **20. Custos e despesas por natureza:** Apresentamos, a seguir, o detalhamento do resultado do resultado por natureza:

	Controladora	Consolidado
Receita bruta de vendas	2023	2022
Receita líquida	2.174.270	1.464.876
Receita líquida	2.174.270	1.464.876

Aos Acionistas e Administradores - Mineração Corumbense Reunida S.A. - São Paulo/SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mineração Corumbense Reunida S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mineração Corumbense Reunida S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas in-

	Controladora	Consolidado
a. Custos dos produtos vendidos:	2023	2022
Pessoal	(186.373)	(94.981)
Material e serviço	(193.196)	(659.040)
Frete (I)	(1.308.253)	(224.649)
Óleo e combustíveis	(5.407)	(33.064)
Energia	(8.199)	(9.570)
Depreciação, amortização e exaustão	(50.480)	(52.883)
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	(55.155)	(47.452)
Arrendamento	(51.204)	(23.877)
Outros	(33.092)	(59.619)
	(1.901.023)	(1.205.135)

(I) A Companhia teve aumento significativo no volume de vendas no ano de 2023, gerando um impacto elevado nos custos com fretes. A Companhia registra seus custos e despesas, respeitando o regime de competência.

	Controladora	Consolidado
b. Administrativas, gerais e de vendas:	2023	2022
Pessoal	(36.477)	(6.552)
Honorários, serviços e despesas gerais	(41.087)	(41.591)
Depreciação e amortização	(12.479)	(12.479)
Outros	15.908	16.553
	(74.135)	(6.552)

	Controladora	Consolidado
c. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:	2023	2022
Estorno provisão recuperação ambiental (Nota Explicativa nº 14)	189.939	189.939
Indenizações contratuais	21.138	21.138
Recuperação de impostos	15.375	15.375
Outros	(2.563)	(68.587)
	223.889	(68.587)

d. Redução ao valor recuperável de ativos e contratos onerosos: O valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia que estavam devidamente provisionados em anos anteriores, bem como o passivo relacionado aos contratos de logística take-or-pay que foram considerados contratos onerosos no contexto do modelo de negócios da Vale S.A. foram revertidos integralmente em julho de 2022. O plano de negócios da Companhia após a mudança de controle apresenta de forma objetiva a plena utilização dos seus ativos imobilizados e intangíveis assim como a utilização de 100% da capacidade disponibilizada em contratos de longo prazo (take or pay) com alguns de seus prestadores de serviços, o que justificou a reversão da provisão para os contratos onerosos de logística, bem como dos ativos que estavam integralmente provisionados em anos anteriores. O efeito no resultado decorrente das reversões gerou um ganho de R\$ 1.749.299 registrado como "Reversão de provisão de contratos onerosos", e um ganho de R\$ 568.030 registra a rubrica de "Redução ao valor recuperável de ativos" conforme detalhamento e movimentação a seguir:

	2022
d.1) Redução ao valor recuperável de ativos:	2022
Reversão impairment Imobilizado (Nota Explicativa nº 10)	494.936
Reversão impairment direito de uso (Nota Explicativa nº 6)	71.607
Reversão impairment intangível (Nota Explicativa nº 11)	1.487
	568.030

	2022
d.2) Redução ao valor recuperável de ativos:	2022
Reversão de provisão	(1.749.299)

	Controladora	Consolidado
21. Resultado Financeiro Líquido:	2023	2022
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	33.938	(14.281)
Resultado de operações derivativas	92.221	92.221
Juros passivos	(122.855)	(76.172)
Juros ativos	40.226	36.273
Impostos, tarifas e outros	(15.266)	(15.266)
Receitas financeiras	33.205	(69.776)
Despesa financeira	(164.428)	(88.880)
	(164.428)	(88.880)

22. Instrumentos Financeiros e gestão de riscos: A Companhia utiliza critérios de mensuração a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia pode operar com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	Controladora	Consolidado
Ativos	2023	2023
Caixa e Bancos	3	47.459
Aplicações financeiras	3	1.239.998
Contas a receber de clientes	4	42.736
Créditos com empresas ligadas	7	1.587.009
Derivativos a receber	7	17.018
Total	1.257.016	1.677.204
Passivos	12	347.499
Fornecedores e financiamentos	13	3.280.612
Débitos com empresas ligadas	7	115.580
Total	3.743.691	3.744.956

Reconhecimento do valor justo por meio do resultado: (I) os CDBs são atualizados pela taxa efetiva e negociados com instituições financeiras de primeira linha, e seu o reconhecimento contábil está muito próximo ao valor justo. **Reconhecimento pelo custo amortizado:** (II) as contas a receber de clientes cujo prazo recebíveis são classificados como custo amortizado; (III) os ativos a receber de clientes cujo prazo cujo saldo dos recebíveis está reduzido das perdas esperadas; (IV) juros, variações no custo amortizado e perdas de créditos esperados reconhecidos no resultado. **a) Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado:** A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vençíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com caracte-

ternacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contá-

rísticas discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis exceto aquelas do Nível 1 onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo das aplicações financeiras da Companhia, predominantemente composto por CDB, está classificado como Nível 2. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Companhia efetuou operações com derivativos. **b) Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos classificados como custo amortizado:** Os ativos e passivos classificados como custo amortizado se enquadram no nível 1 na hierarquia de valor justo. **c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos com taxa fixa, se aproxima do valor justo, considerando que as taxas de juros de mercado, a qualidade do crédito da Companhia e outros fatores de mercado não mudaram significativamente desde a captação. Para todos os outros ativos e passivos financeiros, o valor contábil se aproxima do valor justo devido a curta duração dos instrumentos financeiros. **Gestão de riscos:** No decorrer de sua operação, a Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente, relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos, taxas de juros e índices de correção. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente relacionados às variações de taxas de câmbio e preços de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras. Para mitigar os impactos de riscos, a Companhia efetua o monitoramento das exposições que suportam a implementação da gestão de riscos. Essas ações estabelecem os limites os instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (I) proteção de fluxo de caixa devido ao descaçamento de moedas; (ii) redução dos impactos da flutuação de preços de commodities; (iii) mitigação de exposições a taxas de juros; (iv) troca de indexadores da dívida. A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados. Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 a Companhia acredita estar exposta a riscos de mercado de taxa de juros, preço de mercado, risco de crédito e ao risco de liquidez. Adicionalmente, também é apresentado a análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no Resultado Financeiro em dois cenários: (I) de 25% e (II) de 50%, nas variáveis relevantes de cada risco. **Risco de taxa de câmbio:** O risco de variação de cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia poderia sofrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A exposição da Companhia à variação das taxas de câmbio decorre da existência de ativos e passivos em moeda estrangeira denominados em Dólar Americano (USD), que diferem da moeda corrente da Companhia que é o Real (R\$). O valor contábil dos ativos, passivos ou outras posições expostas ao risco de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados abaixo pelas moedas que estão expostos.

	Consolidado
Operacional	2023
Contas a receber de clientes	4.139
Créditos com empresas ligadas	133.338
Subtotal operacional	137.477
Empréstimos e financiamentos	663.811
Subtotal Financeiro	663.811
Total de exposição	801.288

	Cenário (I) Variação da taxa em 25%	Cenário (II) Variação da taxa em 50%
Moeda	2023	2022
Exposição	USD	USD
Risco	Aumento	Aumento
	0,2066	0,1550
	14,02	(34,35)
	(200,143)	(400,608)

b) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia poderia sofrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, em operações atreladas principalmente aos indexadores CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e SOFR (Secured Overnight Financing Rate). A Política de Gestão de Riscos Financeiros não trata diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a área de riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição da Empresa. A administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição à taxa de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2022, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e são representativas da exposição incorrida durante o exercício.

	Consolidado
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:	2023
Aplicações financeiras - CDB-PI	1.239.998
CDI - Crédito direto ao consumidor	(19.962)
CDI - Crédito com Garantia de Automóvel	(46.943)
Subtotal	1.173.093
CDI - Crédito com Garantia de Automóvel	(3.199)
Subtotal	149.515
Total	(1.182.721)
	(308.129)
	(209,628)

DIRETORIA EXECUTIVA
André Alcântara Ocampos - Diretor Vice-Presidente Corporativo
Aguiinaldo Gomes Ramos Filho - Diretor Presidente
Rodrigo Froes Araújo - CRC: MG-70990/D-3
 oniais: • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades e atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. São Paulo, 22 de maio de 2024.
 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Robson Nunes Moura
 CTP 25P-025.583/0-1 Contador CRC 15P - 195.308/0-7

	Consolidado
b.1) Análise de sensibilidade:	2023
Exposição	Cenário (I) Variação da taxa em 25%
Risco	Cenário (II) Variação da taxa em 50%
CDI Aumento	11,65% 14,56%
SOFR Aumento	3,31% 5,39%
	(14,932)
	6,47%
	(23,867)
	19,204
	38,524

c) Risco de mercado: No decorrer de sua operação, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities. A Companhia realiza vendas com contratos de venda a preço provisorios. Nesta modalidade, o preço final é calculado após o reconhecimento da receita, podendo ser atualizado com base na cotação do preço do minério até o momento do recebimento ou conforme estipulado por contrato. O índice utilizado pela Companhia como base para atualização do preço do minério de ferro é o IODEX 62% (Índice Platts Iron Ore Index). No final do exercício a Companhia não possuía transações que tivessem riscos relacionados à volatilidade dos preços dos commodities. **d) Derivativos:** **Commodities:** A Companhia está exposta ao preço de venda do minério de ferro no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo. A contratação dos instrumentos financeiros é realizada de acordo com o volume futuro e a data de recebimento dos embarques. **Moeda:** a Companhia realiza a mitigação do risco cambial operando instrumentos financeiros de derivativo (mercado futuro) através de sua controlada MCR. A estratégia para contratação dos instrumentos financeiros é avaliada mensalmente e tem como objetivo proteger as vendas realizadas em moeda estrangeira.

	Consolidado
Derivativos	2023
NDF - (a termo de moeda)	(23.589)
NDF - (a termo de commodities)	(12.268)
Subtotal Financeiro	(35.857)
Total de exposição	(35.857)

	Consolidado
Moeda	Cenário (I) Variação da taxa em 25%
Exposição	Cenário (II) Variação da taxa em 50%
Risco	Aumento
	4,8413
	6,051625
	(3,067)
	7,26195
	(6,134)

Risco de crédito: A exposição da Companhia ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e aplicações financeiras. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável. **Gestão de risco de crédito de recebíveis:** A Companhia atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial. **Gestão de risco de crédito de aplicações financeiras:** Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Companhia controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. **f) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Os índices de liquidez consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	2023
Empréstimos e financiamentos no CP	1.287.836
Indicador de liquidez modificado	24.1531
	(2,261.225)
	(0,57)
	(1,35)

23. Transações que não afetam o caixa: Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, Item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração do fluxo de caixa para o período de 25 ab

	Controladora e Consolidado
Aporte de capital em controlada através de ativos imobilizados (Nota Explicativa nº 9 e 10)	2023
Variação no saldo de fornecedores (dívida de imobilizado)	(25.360)
Cessão de crédito de empréstimo (Nota Explicativa nº 13)	587.160
24. Cobertura de seguros:	2022
Aplicação de capital em controlada através de ativos imobilizados (Nota Explicativa nº 9 e 10)	(25.360)
Variação no saldo de fornecedores (dívida de imobilizado)	(25.360)
Cessão de crédito de empréstimo (Nota Explicativa nº 13)	587.160

24. Cobertura de seguros: Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata apólices de seguros com diferentes coberturas relacionadas ao seu ramo de atuação. As apólices contratadas pela Companhia incluem as seguintes coberturas: Transporte Nacional, Importações, Exportações, Responsabilidade Civil de Embarcações, Casco Marítimo, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil Portuária, Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Administradores. O Limite Máximo Individual - LMI dos seguros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estão separados pela operação da seguinte forma: Na controlada MCR, o Limite Máximo Individual dos seguros relacionados à operação é de US\$ 20 milhões, contemplando principalmente as coberturas de Importações, Exportações, Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Portuária. As premissas de risco adotadas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C851-D1AE-16E3-001E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C851-D1AE-16E3-001E



Hash do Documento

8B20FD5E477C2147BF4666C649E7309134AC9E77A5B150FB3E81305E18A927DE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/09/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 18/09/2024 00:01 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

